

Reprodução intergeracional da pobreza: o caso do complexo de favelas do São João - Rio de Janeiro – Brasil

Astrid Maciel Motta¹, Cristina Parente²

¹ Doutoranda e mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caratinga, Brasil; astridmotta@hotmail.com;

² Professora associada com agregação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal; doutorada e licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mestre em Políticas e Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; cparente@letras.up.pt.

Resumo. Este artigo se propõe a discutir uma abordagem sobre pobreza multidimensional em Crespo e Gurovitz (2002), destacando variáveis que permitem aferir e interpretar a reprodução, ou não, da pobreza intergeracional (Bird, 2007). A investigação de cariz exploratório e descritiva privilegiou abordagem qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, realizadas com 29 moradoras e moradores do complexo de favelas do São João, no Engenho Novo, Rio de Janeiro. Adotamos padrão de análise comparativa entre três gerações: a primeira geração (G1) é dos progenitores; a segunda, a geração em análise (G2); seus descendentes são a G3; a análise alicerçou-se num raciocínio sistemático de comparação de 23 variáveis para criar índices compositivos e classificação das tipologias por família. O estudo apontou que os membros das famílias, mesmo tendo acesso à educação e a algumas medidas de política pública, mantiveram-se maioritariamente em condição de pobreza, dadas as dinâmicas sociais vivenciadas no contexto da favela,

Palavras-chave: Pobreza; Reprodução; Gerações.

Intergenerational reproduction of poverty: the case of the São João favela complex - Rio de Janeiro - Brazil

Abstract. This article aims to discuss an approach on multidimensional poverty in Crespo and Gurovitz (2002), highlighting variables that allow us to gauge and interpret the reproduction or not of intergenerational poverty (Bird, 2007). The exploratory and descriptive research privileged a qualitative approach based on semi-structured interviews conducted with 29 residents of the São João favela, Engenho Novo, Rio de Janeiro. We adopted a standard of comparative analysis between three generations: the first generation (G1) is of the parents; the second, the generation under analysis (G2); their descendants are G3; the analysis was based on a systematic reasoning of comparison of 23 variables to create compositional indices and classification of typologies by family. The study pointed out that family members, despite having access to education and some public policy measures, remained mostly in poverty, given the social dynamics experienced in the context of the favela.

Key words: Poverty; Reproduction; Generations.

1 Introdução

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em

*caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle*³.

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 25, 1, adotada e proclamada pela resolução 217 A, III, da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.)

Este artigo tem por objetivo discutir uma abordagem metodológica qualitativa sobre a reprodução intergeracional de pobreza, com base no sentido atribuído às situações intra e extrafamiliar vivenciadas pelas pessoas moradoras do complexo de favelas de São João, no bairro do Engenho Novo, no Rio de Janeiro. A partir de narrativas captadas em entrevistas semiestruturadas sobre a geração antecessora e sobre a geração descendente, 29 pessoas opinaram sobre 23 variáveis que permitiram descrever a situação vivida e posteriormente aferir e interpretar a reprodução, ou não, da pobreza, tendo como padrão comparativo três gerações: a primeira geração (G1), formada por progenitores ou ascendentes; a segunda geração (G2), a geração em análise; e a terceira geração (G3), de descendentes.

A falta de infraestrutura e de serviços públicos básicos, a baixa renda, a baixa escolaridade, o analfabetismo, a desnutrição, as baixas condições de vida, a falta de emprego e de oportunidades produtivas, a alta fecundidade e mortalidade são possíveis elementos geradores desse ciclo intergeracional de pobreza. Esses elementos persistem nas famílias de moradores e moradoras desses territórios de favelas distantes de serem assistidos, conforme expresso desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da qual o Brasil é signatário. As dificuldades enfrentadas por moradores e moradoras das favelas do Rio de Janeiro desencadeiam mecanismos produtores e transmissores da pobreza; dentre eles podemos destacar aspectos sociais e econômicos, limitação pessoal e aprisionamento local, aspectos comportamentais, que incluem desigualdades sistemáticas. Podemos acrescentar outros elementos ressaltados por pesquisadoras e pesquisadores que investigam transmissores da pobreza intergeracional, entre eles gravidez na adolescência, falta de cuidados na primeira infância, violência doméstica, desnutrição, falta de acesso a cuidados com a saúde, baixos níveis de educação, ativos domésticos e individuais de tomada de decisão, subsistência e estratégias de sobrevivência, normas culturais de gênero e práticas sociais de exploração de serviços, exposição e vulnerabilidade ao risco (Bird, 2007). A pobreza é um processo complexo e está relacionado a algum tipo de privação constituída por elementos de ordem material, não material, cultural e social na vida de uma pessoa ou família. Como categoria sociológica, encontramos formulações diversas para definir pobreza e suas causas; para subsidiar a formulação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da pobreza, ela é traduzida em dados estatísticos pelos quais se estabelecem parâmetros para definir oficialmente o que é pobreza ou extrema pobreza. Pensadores como Raczynski (2002) concebem a pobreza nas dimensões materiais e não materiais, ao considerar elementos menos tangíveis, entre eles aspectos atitudinais, condutas e valores. Para Hagenaaers e De Vos (1988), todas as definições de pobreza podem ser enquadradas em uma destas três categorias: a) pobreza é ter menos do que um mínimo

³ Em termos normativos, a meta de erradicação da pobreza está ancorada na abordagem dos direitos humanos. Isso pode ser visto em diferentes instrumentos assinados pelos países no marco das Nações Unidas, como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Reunião de Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (1995) e a Reunião de Cúpula do Desenvolvimento do Milênio (2000). Com base nesse enfoque, os pobres são titulares de direitos que devem ser garantidos pelos Estados, e a erradicação da pobreza é essencial para o respeito da dignidade humana de todas as pessoas (*Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 15 (2013). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. 88 p. II. Feres, Juan Carlos. III. Villatoro, Pablo).

objetivamente definido (pobreza absoluta); b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa); c) pobreza é sentir que não tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Entre os mais variados conceitos, definições e debates sobre pobreza, podemos destacar as contribuições de Amartya Sen no início dos anos 1980. Segundo ele, uma característica da pobreza é que ela possui “irredutível essência absoluta”: um de seus elementos óbvios são a fome e a inanição; não importa qual seja a posição relativa na escala social, aí certamente existe pobreza. O fato de algumas pessoas terem padrão de vida mais baixo que outras é certamente uma prova de desigualdade, mas não pode, por si só, ser prova de pobreza, a menos que saibamos mais a respeito da qualidade de vida que essas pessoas de fato acessam (Sen, 2000). Compreendemos e adotamos conceitualmente que

a pobreza é um fenômeno multidimensional em que há a falta do que é necessário para o bem-estar material. Associa-se a esse conceito a falta de voz, poder e independência dos pobres, que os sujeita à exploração; à propensão à doença; à falta de infraestrutura básica; à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais; e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco (Crespo; Gurovitz, 2002).

Entretanto, no âmbito das favelas do Rio de Janeiro, podemos acrescentar, ao conceito formulado por Crespo, que a multidimensionalidade da pobreza se intensifica, sobretudo pelo desencadeamento da violência e da criminalidade com o tráfico de drogas, culminando frequentemente na transmissão intergeracional da pobreza; uma realidade vivida nas favelas do Rio de Janeiro cujo enfrentamento carece de ações robustas que levem em consideração a história e as particularidades locais.

2 Compreendendo o Ciclo Intergeracional de Pobreza

A transmissão intergeracional da pobreza é compreendida por Bird (2007) como uma consequência da ausência de transferências de investimentos necessários, como por exemplo para educação, saúde e alimentação das pessoas, mas também pela ausência de políticas públicas que afetam o capital humano e social.

A contribuição de Bird (2007) remete para conhecimentos que versam sobre possíveis variáveis reprodutoras da pobreza entre gerações. Essas variáveis podem estar presentes tanto na dimensão intrafamiliar (renda, composição familiar) quanto na extrafamiliar (ausência de políticas públicas, fatores de ordem política econômica e social, entre outros). Com efeito, Bird destaca que a exploração científica da transmissão intergeracional da pobreza não deve se concentrar apenas na vida das crianças; deve ser compreendida apenas como sendo transmitida de responsáveis pobres para dependentes. Ao estudar a pobreza, deve-se explorar fatores que impactam a vida também de adultos, pois a pobreza pode ser transmitida também de dependentes para responsáveis (Bird, 2007).

Na dimensão intrafamiliar, a pesquisadora Bird traz possíveis variáveis que afetam a pobreza. Entre elas destacam-se a renda familiar, a composição do número de membros da família, a composição de ativos e patrimônio, educação de pais e mães, gravidez precoce e trabalho infantil, entre outros. Na dimensão extrafamiliar, as políticas públicas são o foco. Entretanto, a pobreza pode ocorrer em qualquer fase da vida; portanto, intervenções em fases mais vulneráveis devem ser consideradas, sobretudo no âmbito extrafamiliar, por meio de implantação de políticas públicas, conforme representado na Figura 1.

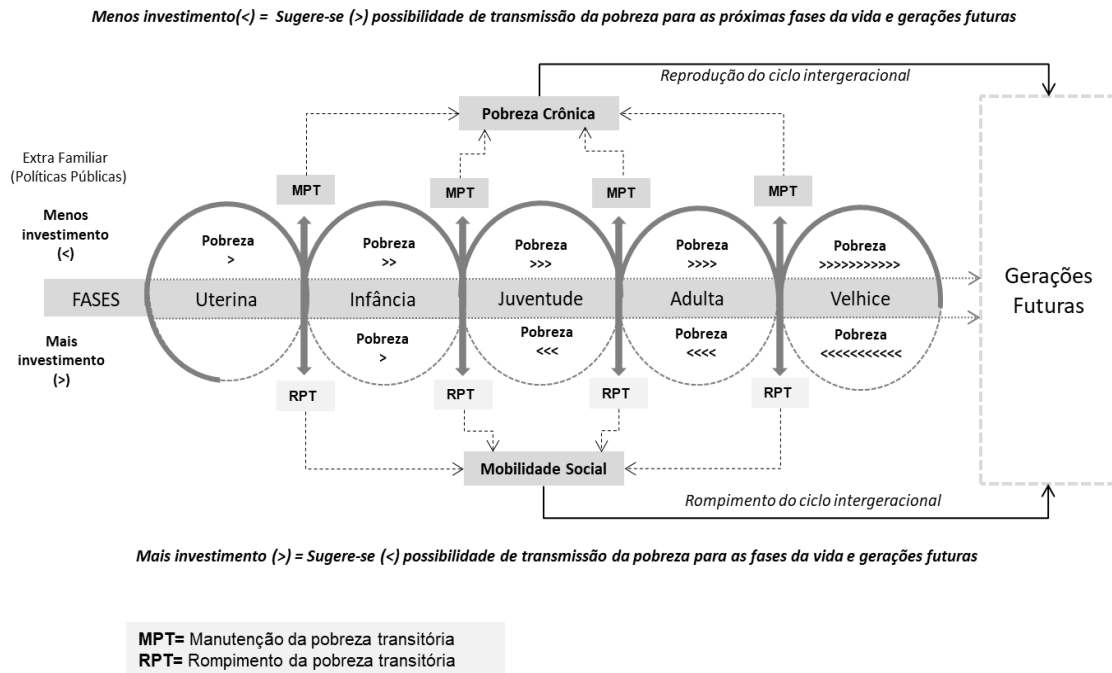


Fig. 1: Mecanismos da reprodução da pobreza nas diversas fases do ciclo da vida
 Fonte: Criado pelas autoras com base em Bird (2007) e Cain (2009).

Conforme representado na Figura 1, investimentos em medidas sociais na dimensão extrafamiliar, bem como de políticas públicas nas primeiras fases do ciclo da vida da criança, inclusive na fase uterina, reduz as chances de a pobreza se perpetuar durante a juventude, adultez e velhice. Todavia, destacamos a importância do papel do Estado com a prestação de serviços essenciais e a implantação de políticas públicas robustas destinadas às pessoas empobrecidas, em todas as fases do ciclo de vida. Entre elas podemos destacar programas de assistência à saúde, educação de qualidade, combate ao trabalho infantil, acesso ao mercado de trabalho, bem como políticas voltadas para velhice, pois essas medidas podem contribuir para o rompimento da pobreza transitória⁴, promover a mobilidade social⁵ e romper o ciclo intergeracional de pobreza. Ao contrário, a ausência do Estado prestando serviços essenciais em quaisquer fases do ciclo de vida aumenta a possibilidade de manutenção da pobreza transitória e condução para o nível de pobreza crônica⁶; portanto, contribui para a reprodução do ciclo da pobreza para as futuras gerações, de acordo com Hulme e Shepherd (2003).

3 Modelo Teórico e Estratégia Metodológica

O artigo resulta de um projeto de tese aprovado pelos comitês de ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, além de submetido à

⁴ Pobreza transitória: sua natureza é temporária. Entre os fatores que contribuem para a pobreza transitória estão: tamanho da família, transferências governamentais de renda, sazonalidade de atividades econômicas, migração e eventos de ciclo de vida, segundo McKay e Lawson (2002).

⁵ Pobreza crônica: condições de privação que um indivíduo experimenta ao longo de sua vida (Hulme; Shepherd, 2003; 2005).

⁶ Mobilidade social: transição de uma posição social a outra realizada por um indivíduo (Johnson, 1997).

Plataforma Brasil e aprovado em 29 de junho de 2016, sob o CAAE 58239616.4.0000.5282. Os estudos sobre a transmissão intergeracional da pobreza sugerem a adequação da pesquisa qualitativa (Bird, 2010). Essa foi a abordagem adotada num procedimento metodológico de cariz exploratório que utilizou a entrevista semiestruturada a 29 pessoas do complexo do São João, que é constituído por um total de 1.874 domicílios. O objetivo foi descrever o sentimento de pobreza comparado entre gerações, de modo a aferir a tendência (ou não) de reprodução dela.

3.1 Recolha de dados

O estudo abrangeu três gerações; foram entrevistadas apenas pessoas com condições psíquicas e memória para responder às perguntas das três gerações familiares com precisão. Antecipando-se às possíveis dificuldades de acesso da pesquisadora por eventuais momentos de conflitos armados inerentes ao contexto da favela, optou-se por realizar as entrevistas na Clínica da Família Cabo Edney Canazaro de Oliveira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, sediada nas imediações da favela; o atendimento destina-se prioritariamente a moradoras e moradores do complexo do São João. A grande frequência de moradoras e moradores para atendimento na clínica contribuiu para atingir o número suficiente de respondentes provenientes de diversas partes do complexo. As principais implicações resultantes foram: necessidade de interrupções da entrevista para a realização dos procedimentos agendados e a inicial vinculação, pelas e pelos respondentes, da relação da pesquisa com os serviços oferecidos pela clínica, podendo a entrevista influenciar no futuro atendimento de seus usuários e a maior frequência de mulheres nesse contexto de assistência, o que se traduziu numa menor participação de homens. As pessoas eram convidadas a participar da pesquisa aleatoriamente. Ao ser convidada/o, a/o respondente recebeu inicialmente as informações sobre o objetivo do estudo. Em seguida, para identificar se pessoa tinha o perfil necessário para participar da entrevista, realizamos uma triagem básica formulando três perguntas: confirmação do local de moradia, idade das/os filhas/os e disponibilidade de tempo para responder às perguntas. Foram desconsideradas para a realização das entrevistas: pessoas que moravam no entorno do complexo do São João que não correspondiam aos setores censitários do complexo de favelas do São João; pessoas que não tinham filhos com idade superior a 10 anos de idade; pessoas que não tinham disponibilidade de tempo para a realização da entrevista ou que não se interessaram pelo estudo. Finalmente, e seguindo as diretrizes expressas na Resolução nº 466/2012, foi explicado em linguagem corrente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. A moradora ou morador assinou o TCLE e recebeu uma cópia do documento, autorizando também a gravação das entrevistas. Durante os 30 dias de entrevistas, aproximadamente 50 pessoas foram abordadas para participar da pesquisa. Dentre elas, 32 pessoas se encaixaram no perfil e participaram na entrevista. Três entrevistas foram eliminadas por não ter sido possível encontrar um raciocínio claro e lógico, tendo-se chegado ao final do registro com informações insuficientes e incoerentes para o tratamento dos dados.

3.2 Análise dos dados

Como afirma Jean-Pierre Deslauriers, citado em Guerra (2006), a expressão “métodos qualitativos” não tem um sentido preciso em ciências sociais. No melhor dos casos, designa uma variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenômenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente. Essas técnicas dão mais atenção ao significado desses fenômenos do que à sua frequência (1997, p. 294).

Foi nessa perspectiva que este estudo adotou a técnica interpretativa, baseada num raciocínio sistemático de comparação entre as três gerações a propósito de 23 variáveis (Quadro 1) para aferir

possíveis reprodutores, ou não, da pobreza nas dimensões intrafamiliar e extrafamiliar, o que permitiu uma melhor compreensão do fenômeno investigado.

Quadro 1. Escalas de medição das variáveis.

Variáveis x Escalas		
<i>Variável - Dimensão intrafamiliar</i>		
MENOS - IGUAL - MAIS	PIOR - IGUAL - MELHOR	MENOR - IGUAL - MAIOR
01: "Anos de estudo"; 05: "Patrimônio"; 07: "Gravidez na adolescência"; 09: "Deficiência física ou mental"; 10: "Violência intrafamiliar e/ou extrafamiliar"; 12: "Membros da família que trabalha(r)am formalmente"; 13: "Membros da família que trabalha(r)am informalmente"; 14: "Membros da família sem fonte de renda" e 15: "Casos de privações".	02: "Tipo de Moradia"; 04: "Alimentação"; 08: "Saúde" e 11: "Condições de Trabalho".	03: "Renda Familiar" e 06: "Número de filhos".
<i>Variável - Dimensão extrafamiliar</i>		
MENOS - IGUAL - MAIS		
16: "Acesso a programas de governo"; 17: "Acesso à educação"; 18: "Acesso à saúde"; 19: "Acesso à conta bancária"; 20: "Acesso a água, luz e saneamento básico"; 21: "Acesso à moradia"; 22: "Acesso ao mercado de trabalho formal" e 23: "Acesso a lazer".		

Fonte: Elaborado pela autora.

Além da escala de análise, para cada uma das 23 variáveis foram definidos: seu objetivo para o estudo e o critério a ser adotado, conforme exemplificado no Quadro 2.

Quadro 2. Critério de análise: variável 01.

Variável 01: "Anos de estudo"	
Definição: Indicar o tipo de mobilidade entre as gerações G2 x G1 e G3 x G2 em relação aos anos de estudo.	Escala de análise: MENOS - IGUAL - MAIS
Critério de Análise G1: Foram considerados na análise desta variável os anos de estudos do pai, da mãe ou do responsável com mais anos de estudos.	
Critério de Análise G2 e G3: Foram considerados na análise desta variável os anos de estudo de todo(s) o(s) membro(s) da G2 e G3 .	
Não foram considerados na análise desta variável os membros da G3 falecidos e quando o respondente G2 não soube informar.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nesses primeiros critérios de análise e nas respostas informadas pela/o entrevistada/o, foi aplicada a matriz tipológica 1 (Quadro 3).

Quadro 3. Matriz I - Tipos de mobilidade intergeracional.

Tipos de mobilidade intergeracional (variável x membros da família)			
Gerações	Ascendências	Estacionárias	Descendências
G2 X G1	A = Ascendente: indica a ascensão da variável	EP = Estacionária positiva: indica a ausência de mobilidade positiva da variável analisada em G2 em relação a G1.	D = Descendente: indica descensão da variável analisada

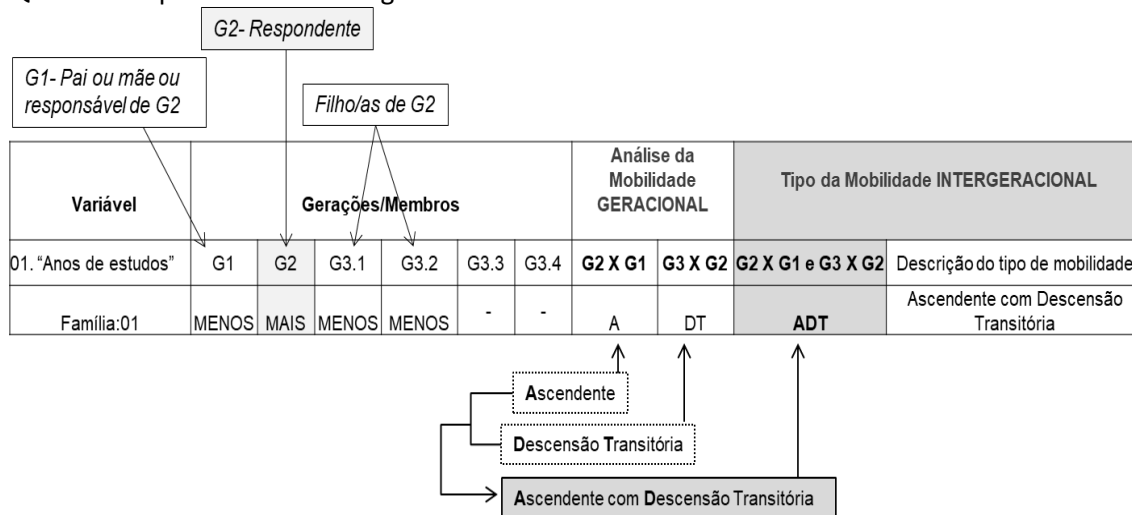
	<p>analisada em G2 em relação a G1.</p>	<p>EN = Estacionária negativa: indica ausência de mobilidade negativa na variável analisada em G2 em relação a G1.</p>	<p>em G2 em relação a G1.</p>
<p>G3 X G2 Níveis</p>	<p>AE = Ascensão elevada: indica ascensão da variável analisada em 100% dos membros da G3 em relação a G2.</p>	<p>EE = Estacionária elevada: indica a ausência de mobilidade positiva ou negativa da variável analisada em 100% dos membros da G3 em relação a G2.</p>	<p>DE = Descensão elevada: indica descensão da variável analisada em 100% dos membros da G3 em relação a G2.</p>
	<p>AM = Ascensão moderada: indica a ascensão da variável analisada = ou > em 50% dos membros da G3 em relação a G2.</p>		<p>DM = Descensão moderada: indica descensão da variável analisada < em 50% dos membros da G3 e estacionária em parte dos membros da G3 e sem ascensão em nenhum membro da G3 em relação a G2.</p>
	<p>AB = Ascensão baixa: indica a ascensão da variável analisada < em 50% dos membros da G3 em relação a G2.</p>		<p>DB = Descensão baixa: indica descensão da variável analisada < em 50% dos membros da G3 e estacionária em parte dos membros da G3, sem ascensão em nenhum membro da G3 em relação a G2.</p>
	<p>Escolar</p>		
	<p>DT = Descensão transitória: indica a descensão da variável analisada, anos de estudos, e parte de membros da G3 encontram-se regularmente matriculados e frequentes, com possibilidade de ascensão nos anos de estudo em relação a G2.</p>		

Fonte: Elaborado pela autora.

Na etapa de aplicação na Matriz I, extraímos o tipo de mobilidade entre as gerações G2 x G1 e o tipo de mobilidade entre as gerações G3 x G2. Com base nas respostas do/a entrevistado/a, fizemos a análise comparativa da mobilidade da variável entre as gerações G2 x G1 e o tipo de mobilidade entre as gerações G3 x G2. Assim, obtivemos o tipo de mobilidade intergeracional da respectiva variável para

as respectivas famílias. Em seguida aglutinamos os dois tipos de mobilidade: a extraída nas gerações G2 x G1 e a extraída nas gerações G3 x G2; obtivemos o tipo de mobilidade Intergeracional da variável analisada entre as três gerações G1 x G2 x G3, conforme exemplo do Quadro 4, Análise da mobilidade geracional da variável 01: “Anos de estudos” das três gerações da Família 01.

Quadro 4. Tipo de modalidade geracional da variável 1: “Anos de estudos” - Família 01.



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na aglutinação dos dois tipos de mobilidade, partimos para a classificação da mobilidade intergeracional, sendo possível estabelecer três classificações sistematizadas no Quadro 5: i) classificação “positiva”, que representa tipos de mobilidade de variáveis com ascensão, descensão e estacionaridade, de nível elevado e descensão transitória, na análise das gerações G3 x G2, com características positivas. Ex.: ascensão elevada em anos de estudos; ii) classificação “estacionária”, que representa tipos de mobilidade de variáveis com ascensão, descensão e estacionaridade, de nível moderado e baixo e descensão transitória, na análise das gerações G3 x G2, com características positivas e negativas. Ex.: ascensão baixa em anos de estudos ou descensão baixa de gravidez precoce; iii) classificação “negativa”, que representa tipos de mobilidade de variáveis com ascensão, descensão e estacionárias de nível elevado, na análise das gerações G3 x G2, com características negativas. Ex.: ascensão elevada da gravidez na adolescência.

Quadro 5. Matriz II – Classificação da mobilidade intergeracional da variável.

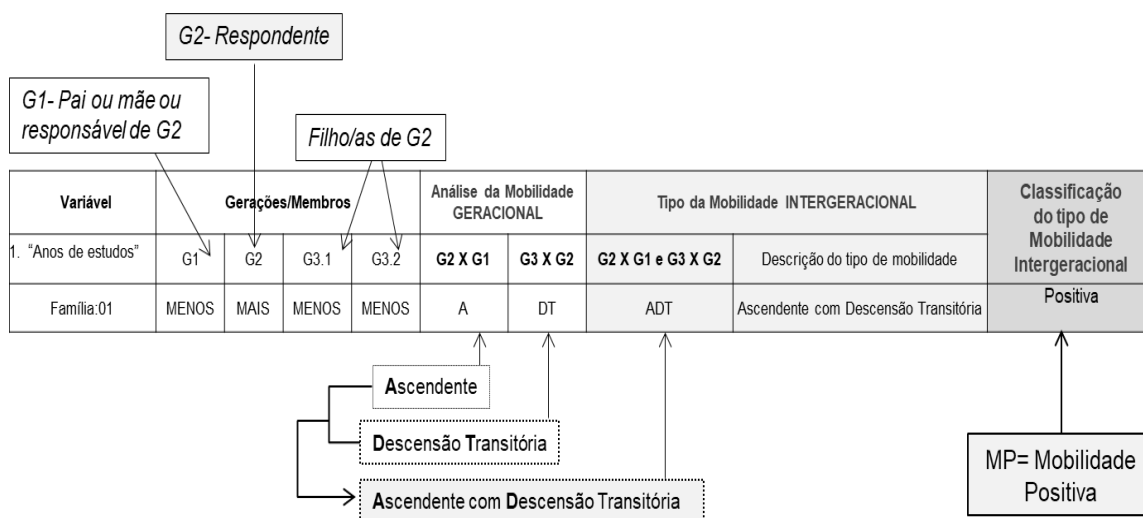
Classificação do Tipo de Mobilidade da Variável x Gerações/Membros		
Positiva	Estacionária	Negativa
MP = Mobilidade positiva: indica ascensão, descensão e estacionaridade da variável analisada com características positivas.	ME = Mobilidade estacionária: indica ascensão, descensão e estacionaridade da variável analisada com características positivas e/ou negativas.	MN = Mobilidade negativa: indica ascensão, descensão e estacionaridade da variável analisada com características negativas.
Critério de análise		
Para a composição do tipo de mobilidade intergeracional POSITIVA foram considerados os tipos de mobilidades intergeracional de variáveis com <u>Ascensão, Descensão e</u>	Para a composição do tipo de mobilidade intergeracional ESTACIONÁRIA foram considerados os tipos de mobilidade intergeracional de variáveis com <u>Ascensão,</u>	Para a composição do tipo de mobilidade intergeracional da classe NEGATIVA foram considerados os tipos de mobilidade intergeracional de variáveis com <u>Ascensão,</u>

<u>Estacionária com mobilidade intergeracional POSITIVA</u> , de nível elevado, e <u>Descensão Transitória</u> , dos membros da G3 em relação a G2.	<u>Descensão com mobilidade intergeracional POSITIVA</u> ou <u>NEGATIVA</u> , de nível moderado e baixo dos membros da G3 em relação a G2.	<u>Descensão e Estacionária com mobilidade intergeracional NEGATIVA</u> , de nível elevado dos membros da G3 em relação a G2.
---	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

A título de exemplo, o Quadro 6 traz as etapas percorridas até a classificação do tipo de mobilidade intergeracional da variável 01: “Anos de estudo”, da Família 01.

Quadro 6. Classificação do tipo de mobilidade intergeracional da variável 01: “Anos de estudo”- Família 01.



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, com o objetivo de obter a classificação do tipo de mobilidade intergeracional de cada família do estudo, foi criada a terceira matriz de análise, constituída por três tipos de mobilidade intergeracional familiar: a “ascendente baixa”, a “ascendente moderada” e a “ascendente elevada”, conforme apresentado a seguir.

Quadro 7. Matriz III - Classificação do tipo de modalidade intergeracional familiar.

Classificação da mobilidade intergeracional familiar		
<i>Ascendente baixa</i>	<i>Ascendente moderada</i>	<i>Ascendente elevada</i>
MAB = Mobilidade ascendente baixa: Indica ascensão com mobilidade positiva, abaixo de 50% do total variáveis analisadas, em G3 em relação a G2.	MAM = Mobilidade ascendente moderada: Indica ascensão com mobilidade positiva ou negativa entre 50% até 70% do total de variáveis analisadas, em G3 em relação a G2.	MAE = Mobilidade ascendente elevada: Indica ascensão com mobilidade positiva, acima de 70% do total de variáveis analisadas, em G3 em relação a G2.
Critério de análise		
Para a composição da categoria de mobilidade intergeracional ASCENDENTE BAIXA foram consideradas as classificações de	Para a composição da categoria de mobilidade intergeracional ASCENDENTE MODERADA foram consideradas as classificações de mobilidade intergeracional das variáveis	Para a composição da categoria de mobilidade intergeracional ASCENDENTE ELEVADA foram consideradas as classificações de mobilidade

mobilidade intergeracional das variáveis com <u>Ascensão, Descensão e Estacionária</u> com mobilidade NEGATIVA de nível elevado dos membros da G3 em relação a G2.	com <u>Ascensão, Descensão</u> com mobilidade POSITIVA ou NEGATIVA de nível moderado e baixo, e <u>Descensão Transitória</u> , dos membros da G3 em relação a G2.	intergeracional das variáveis com <u>Ascensão, Descensão e Estacionária</u> com mobilidade POSITIVA de nível elevado, dos membros da G3 em relação a G2.
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Após aplicação da Matriz III, extraímos o percentual correspondente e classificamos o tipo de mobilidade intergeracional da família analisada. Para identificar a classificação da mobilidade intergeracional de cada família identificamos o percentual do total de variáveis com classificação de mobilidade Intergeracional “positiva”, conforme exemplo da análise da Família 01.

Quadro 8. Cálculo percentual para as classificações de mobilidade intergeracional da Família 01.

Cálculo percentual do tipo de mobilidade intergeracional - Família: 01	Dimensão Intrafamiliar	Dimensão Extrafamiliar
Total de variáveis do estudo	15	8
Total de variáveis "positiva" identificadas na família	9	4
*Total de variáveis não analisadas	6	4
Total de variáveis analisadas	9	4
% de mobilidade intergeracional positiva	100%	100%
Classificação Família: 01	Ascendente Elevada	
*As variáveis em que não foi possível fazer a análise comparativa entre as gerações por falta de dados não informados pelo/a respondente (G2), não foram consideradas para o cálculo do percentual.		

Fonte: Elaborado pela autora.

O percentual foi extraído com base no total de variáveis analisadas. As variáveis em que não foi possível fazer a análise comparativa G3 x G2 por falta de dados não informados pelo/a respondente (G2) não foram consideradas para o cálculo do percentual (no quadro estão assinalados como “não analisado”). Após análise, para classificação do tipo de mobilidade intergeracional de todas as variáveis, calculamos o percentual do total das variáveis com classificação de mobilidade Intergeracional “positiva”. Com base no cálculo do percentual do total das variáveis identificadas na análise comparativa de G3 x G2, aplicamos o critério de análise da terceira matriz de classificação do tipo de mobilidade intergeracional familiar (Quadro 7). Por fim, após a classificação do tipo de mobilidade intergeracional de cada uma das 29 famílias do estudo, foi possível identificar a reprodução do ciclo intergeracional de pobreza, ou não, das famílias nas dimensões intrafamiliar e extrafamiliar, com base na comparação das três gerações, (Quadro 9).

Quadro 9 – Índices de mobilidade familiar.

Dimensão intrafamiliar	Total	%
Mobilidade ascendente elevada	4	14%
Mobilidade ascendente moderada	12	41%
Mobilidade ascendente baixa	13	45%

<i>Dimensão extrafamiliar</i>	Total	%
Mobilidade ascendente elevada	10	34%
Mobilidade ascendente moderada	18	62%
Mobilidade ascendente baixa	1	3%
Total:	29	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

A leitura do Quadro 9 mostra que, na dimensão intrafamiliar, 4 famílias foram classificadas com o tipo de mobilidade “ascendente elevada”, o que significa que essas famílias tiveram mobilidade com ascensão positiva acima de 70% do total de variáveis; 12 famílias foram classificadas com o tipo de mobilidade ascendente moderada, ou seja, tiveram mobilidade com ascensão positiva ou negativa acima de 50% e abaixo de 70% do total de variáveis; 13 famílias foram classificadas com o tipo de mobilidade ascendente baixa, ou seja, apresentaram mobilidade com ascensão positiva abaixo de 50% do total de variáveis.

Na dimensão extrafamiliar, temos que 10 famílias foram classificadas com mobilidade do tipo ascendente elevada, ou seja, tiveram mobilidade com ascensão positiva acima de 70% do total de variáveis; 18 famílias foram classificadas com mobilidade ascendente moderada, o que significa que tiveram mobilidade com ascensão positiva ou negativa acima de 50% e abaixo de 70% do total de variáveis; 1 família foi classificada com o tipo de mobilidade ascendente baixa, isto é, apresentou mobilidade com ascensão positiva abaixo de 50% do total de variáveis.

Comparando as dimensões intra e extrafamiliar, verificamos que a mobilidade intergeracional familiar é maior na dimensão extrafamiliar, quando o total de famílias classificadas com o tipo de mobilidade ascendente moderada e ascendente elevada são 18 e 10 famílias respectivamente, na dimensão intrafamiliar o total de famílias classificadas com mobilidade do tipo ascendente elevada e moderada reduziu para 4 e 12 famílias respectivamente, o que demonstra variações entre o acesso às políticas públicas e seus efeitos na vida das famílias.

4 Conclusões

A nossa proposta de avaliação segue a perspectiva construtivista que se afirmou nos anos de 1970 na avaliação de programas sociais, em conflito com a perspectiva positivista-experimental anterior, que propõe a análise qualitativa e o envolvimento dos atores com as políticas públicas nessa avaliação (Sarapioni, 2016). No Brasil, as avaliações de impacto dos programas sociais são em geral realizadas utilizando os macro e microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); todavia, os modelos adotados privilegiam dados e números, cuja configuração não permite a aproximação da realidade social, conforme afirma Minayo (2007) quando expressa que a abordagem qualitativa possibilita a compreensão da realidade social, a qual não pode ser simplesmente interpretada estatisticamente, pois a interpretação baseada apenas em números não permite a aproximação do real para a compreensão da diversidade e da heterogeneidade do mundo real. Este estudo exploratório possibilitou, por meio de rigoroso e sistemático critério de análise qualitativa do conteúdo das entrevistas, a compreensão da pobreza entre as gerações G1, G2 e G3, tomando por base as avaliações dos envolvidos. A abordagem metodológica adotada nos permitiu constatar que o acesso à educação por meio das políticas de acesso é um indicativo de que ela contribui para o aumento dos anos de estudos, podendo também contribuir para maior entrada no mercado de trabalho, melhoria da renda familiar, bem como para a mobilidade positiva de outras variáveis que compõem a pobreza em suas múltiplas dimensões, podendo ser a educação uma das variáveis promotora do rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Entretanto, outras dinâmicas sociais inerentes ao contexto das favelas podem interferir de forma negativa. Portanto, o estudo apontou que a principal semelhança da

dinâmica social entre os grupos de famílias concentra-se no baixo nível de escolaridade do/as membros da G1 e na reprodução do baixo nível de escolaridade nas três gerações G1, G2 e G3. Embora membros das gerações G3 tenham tido mais acesso à educação, bem como a políticas e programas sociais, o resultado do estudo sugere que as dinâmicas sociais vivenciadas no contexto dessas famílias, como a negligência do pai ou da mãe ou do responsável pela formação do/as filho/as, gravidez na adolescência e a violência na família ou fora dela, contribuíram para a produção de elementos negativos; logo, para a produção do ciclo intergeracional da pobreza.

Referências

- Bird, K. (2007). The intergenerational transmission of poverty: an overview. Chronic Poverty Research Centre Working Paper No. 99. Doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1629262>
- Bird, K. (2010). Using life history research as part of a mixed methods strategy to explore resilience in conflict and post-conflict settings. *CPRC Conference Paper*. September. Ten Years of 'War Against Poverty' what have we learned since 2000 and what should we do 2010-2020.
- Cain, E. (2009). Social protection and vulnerability, risk and exclusion across the life-cycle. In: OECD. *Promoting pro.poor growth: employment and social protection*. Paris: OECD. Recuperdo de: www.oecd.org/dataoecd/63/10/43514563.pdf.
- Crespo, Antônio Pedro Albernaz; Gurovitz, Elaine (2002). Administração pública – a pobreza como fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, 1, n. 2, jul./dez. pp. 11. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - sentidos e forma de uso*. Estoril: Principia.
- Hagenaars, Aldi; De Vos, Klaas (1988). The definition and measurement of poverty. *The Journal of Human Resources*, 23, n. 2, 211-211, spring.
- Hulme, D.; Shepherd, A. (2003). Conceptualizing Chronic Poverty. *World Development*, 31(3), 403-423.
- Hulme, D.; Shepherd, A. (2005). *Identifying and understanding chronic poverty: beyond monetary measures*. University of Manchester and Chronic Poverty Research Centre.
- Johnson, A. G. (1997). *Dicionário de Sociologia*. Guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- McKay, A.; Lawson, D. (2002). *Chronic poverty: a review of current quantitative evidence*. Chronic Poverty Research Centre (CPRC). Working Paper 15.
- Minayo, M. C. S. (2007). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciências & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Raczynski, Dagmar (2002). *Equidad, inversión social y pobreza. Innovaren como se concibe, diseño y gestiona políticas y los programas sociales*. Mimeo. Documento preparado para El Seminario Perspectivas Innovativas en Política Social. Desigualdades y Reducción de Brechas de Equidad, Mideplan – Cepal, 23-24 mayo.
- Serapioni, Mauro (2016). Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXXI, 59-80.
- Sen, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.